

A Constituinte

Mais um adiamento. E críticas para Covas.

A indicação dos presidentes e relatores-gerais das comissões frustrou a maioria do grupo moderado do PMDB e os setores de esquerda. Foram tantas as reclamações que não houve ontem clima propício para a eleição dos dirigentes das subcomissões — e a escolha acabou sendo adiada para a próxima terça-feira, embora o regimento interno da Constituinte preveja que elas deveriam ser instaladas 24 horas depois da instalação das comissões temáticas.

A iniciativa do adiamento foi do próprio presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, depois de uma conversa com o líder Mário Covas. As lideranças partidárias foram consultadas sobre a conveniência desse adiamento ontem à noite. Pelo PDS, o deputado Amaral Neto não fez objeção: "Concordo, pois se o Ulysses sugeriu é porque tinha motivos para isso". Nem todos os constituintes, contudo, receberam a decisão com simpatia — muitos deles só ficaram sabendo do adiamento quando foram ontem ao Congresso.

"Os líderes não podem marcar e desmarcar eleições sem ouvir ninguém" — desabafou o senador Itamar Franco (PL-MG), ao constatar o vazio do corredor onde estão as comissões. E o desabafo de Itamar foi só uma mostra do que ocorreu entre os moderados do PMDB, que culpam Mário Covas pelo que chamam de "estilo arbitrário" de agir. "O Covas não quer combater o Ulysses. Ele quer ser o Ulysses, principalmente nesse estilo arbitrário", criticou o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA).

Mas não foi só o adiamento da escolha dos representantes das subcomissões que provocou críticas a Covas. Na verdade, a insatisfação geral com os cargos distribuídos se verificou em todos os setores. "Ele não agiu democraticamente ao escolher relatores sem ouvir os integrantes das respectivas comissões", atacou o deputado Borges da Silveira (PMDB-PA). "Já perdi o entusiasmo com Covas, que escolheu os relatores na calada da noite", concordou Del Bosco Amaral (PMDB-SP).

Explicações

Covas tentou explicar, embora sem conseguir acalmar os mais exaltados. Disse ter adotado um critério regional, de competência e político para designar os relatores do PMDB; observou que o partido tem 303 parlamentares e que não foi fácil nem possível atender a todas as solicitações. Justamente por isso, ele decidiu adiar a instalação das subcomissões e ganhar tempo para fazer consultas ao partido, no que foi apoiado pelos demais líderes.

Os moderados do PMDB continuam informados — e estão dispostos a reagir, se a liderança definir a escolha de presidente e relatores das subcomissões sem prévio entendimento com os integrantes das respectivas comissões. Caso não sejam atendidos estão decididos até a apresentar chapas alternativas em cada subcomissão, desrespeitando eventuais acordos de liderança.

Nessa confusão, porém, pelo menos um constituinte decidiu retirar seu protesto e recuou em sua decisão de renunciar ao mandato. Beth Azize (PSB-AM), que voltou a assegurar um lugar na Comissão de Ordem Econômica, juntamente com Fernando Santana (PCB-BA) e Augusto Carvalho (PCB-DF), fazia ontem elogios a Ulysses, que garantiu seu retorno, ao assegurar aos pequenos partidos o direito de participar das comissões que quiserem. "Se não fosse atendida, renunciaria mesmo", dizia ela ontem. "Iria me eleger prefeita de Manaus. Lá, ganho muito mais que aqui."

Com mais esse atraso, provocado pelo adiamento da instalação das subcomissões,

o trabalho efetivo das comissões ficou mais prejudicado ainda — e só deverá ser mesmo iniciado depois da Semana Santa, segundo previsões dos constituintes. É possível que, durante a Semana Santa, seja decretado o recesso branco, o que desobriga os constituintes de permanecerem em Brasília para as sessões plenárias.

A Constituinte completou ontem 60 dias de funcionamento sem que nenhuma das comissões tenha sequer apreciado as quase 500 sugestões que já chegaram à Mesa. Com a indefinição nas comissões, a semana de 13 a 17 de abril está perdida, bem como parte da semana seguinte, por causa do feriado de 21 de abril. Assim, a previsão é de que só no final do mês o trabalho efetivo começará.

Revolta

Durante o fim de semana, Covas pretende reunir-se com as lideranças para decidir

"VIDA CURTISSIMA": A PREVISÃO DO DEPUTADO PARA A NOVA CARTA.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) prevê ontem que o novo texto constitucional "terá vida curtíssima". A Constituinte, para a nova Carta ser

duradoura, deveria, em sua opinião, "trabalhar na paz pós-revolucionária, quando o País se encontrar banhado de esperança, e não numa fase socialmente pré-revolucionária como a que vivemos agora". Para Cardoso, a tendência dos constituintes será absorver as reivindicações

naturais desse movimento de pré-revolução social, incluindo numerosos casuismos na Carta, que deixarão de ter sentido quando essas reivindicações forem atendidas. Ele defendeu uma Carta "curta e enxuta" de modo que os cidadãos possam aprender quais são seus direitos e obrigações.

FALTA MUITO DINHEIRO PARA AS DESPESAS. E A MESA VAI PEDIR A UNIÃO.

A Câmara vai pedir ao Executivo a abertura de crédito suplementar no orçamento anual da União, para cobrir as despesas da Constituinte, sem recursos próprios

sobre a escolha dos 13 relatores a que o PMDB tem direito nas subcomissões e tratar da metodologia dos trabalhos. Nesse processo, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, confessa que se está sentindo "marginalizado" — e acabou sugerindo a Covas que "pratique as idéias que defendeu no discurso que o conduziu à liderança".

Sant'Anna revelou que só antontem à noite ficou sabendo do acordo que garantiu aos liberais as presidências das comissões ficando para o PMDB os cargos de relator. "Covas não conversou comigo sobre o assunto", disse. "Assim fica muito difícil." Sant'Anna, na verdade, reclamava contra a exclusão do grupo dos moderados das conversações. "Se um ou outro moderado entrou foi por acaso. Somos mais de 100 constituintes e nosso grupo não participou disso. É preciso que Mário Covas permita a participação."

para a manutenção técnica e do pessoal que necessita. Os custos adicionais ainda estão sendo calculados, mas só com a compra de equipamentos de som para a gravação dos trabalhos das comissões está previsto um gasto de cerca de Cz\$ 10 milhões. Como a gravação dos debates das 24 subcomissões temáticas equivalerá

a três anos de gravações do plenário da Câmara, serão ainda contratados taquígrafos e pessoal de apoio; e terão de ser calculados também os gastos com publicações. A Mesa da Constituinte reúne-se, pela primeira vez, na próxima segunda-feira, para tratar da abertura desse crédito suplementar.

Três brigando pela Comissão de Sistematização

Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral: os três estão numa acirrada disputa pelo cargo mais importante de todas as comissões da Constituinte, ou seja, o de relator-geral da Comissão de Sistematização, justamente a que vai redigir o texto final da nova Carta. Dos três, há ligeira vantagem para os dois primeiros, o senador paulista Fernando Henrique e o deputado mineiro Pimenta da Veiga, que teriam, segundo diferentes grupos de parlamentares do PMDB, a preferência do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

E todos os três já traçaram o perfil ideal do relator-geral. Assim, para Fernando Henrique, o escolhido deve ter capacidade política de negociação, confiabilidade partidária e competência intelectual. Já o deputado Bernardo Cabral, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — acha que o relator tem de ser um jurista; enquanto Pimenta da Veiga considera fundamental a experiência política de negociação.

Fernando Henrique acha que a escolha está entre ele e Pimenta da Veiga, por considerar que Cabral, afastado do Congresso desde o início de 1969 (foi cassado pelo AI-5), ainda não é muito conhecido dos constituintes, enquanto ele e Pimenta têm perfis definidos.

Outro nome influente na escolha do relator, o senador Mário Covas, até ontem não tinha dado sinais de sua preferência, tendo ficado mais cauteloso diante das reações às escolhas das comissões temáticas. Há quem diga que o fato de terem sido indicados José Serra e Severo Gomes para relatores-gerais, respectivamente, das importantes comissões do Sistema Tributário e Ordem Econômica, poderá afastar do páreo o paulista Fernando Henrique.

E quem são os candidatos a relator-geral da Comissão de Sistematização? Bernardo Cabral, apoiado pela OAB, é muito amigo de Covas e de José Richa, e tem bom trânsito entre as lideranças dos moderados. Voltou ao Legislativo depois de quase 20 anos de ausência, depois de ter feito elogio de trabalho na presidência da OAB. Tem posições democráticas firmes, mas sem excessos demagógicos, e é considerado de centro-esquerda.

Pimenta da Veiga foi líder do PMDB na Câmara, mas é hostilizado pela bancada de seu Estado, a mineira. Sua maior dificuldade até agora é igual à dos outros dois candidatos: saber a opinião de Covas. De olho no cargo de relator-geral, deixou a liderança do PMDB e do governo, em 1986. Classificado como de centro-esquerda, tem boas relações com Ulysses Guimarães e foi indicado membro da Comissão de Sistematização por decisão pessoal de Covas.

Fernando Henrique, depois de ter empolgado a esquerda do PMDB, no início, hoje já é considerado moderado por esse setor. Mas gosta de ser considerado representante da esquerda. Sociólogo de nome, inclusive no Exterior, destaca o entendimento e a negociação como bases da atuação política, de modo a representar amplamente a sociedade e não grupos setoriais. Gosta de frisar que não entrou em disputa, pois seu nome surgiu em função da capacidade de trabalho e idéias que representa. Tem bom trânsito com o presidente Sarney, mas admite que a situação é crítica e o governo está indeciso. Apesar disso, se diz otimista com o País.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) apresentará à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Assembleia Nacional Constituinte uma proposta radical: acabar com o Senado Federal, aumentar para mais de três mil o número de deputados federais, reduzir os mandatos para dois anos e, para completar, não pagar um cruzado sequer aos representantes do povo.

Para o representante petista, deputado federal só precisa de passagens aéreas para cumprir sua função legislativa em Brasília, onde deverá ter garantia de alojamento, bandeirão e uma franquia telefônica controlada. Além disso, viver na Câmara, na sua opinião, não faz sentido. Por isso mesmo, propõe que apenas de dois em dois meses passem um fim de semana prolongado em Brasília, com a finalidade precípua de votar projetos importantes.

Virgílio Guimarães tem uma resistência muito grande ao papel dos deputados, especialmente o de ser boy de luxo dos seus eleitores. Ele não engole a idéia de que um homem sério possa fazer favores menores, como buscar internações no Inamps; até porque esse tipo de coisa gera bajulação. Para ele, o ideal é ser uma espécie de delegado da CUT, isto é, um deputado que ouça sempre o pensamento de suas bases a respeito de tudo aquilo que for suscitado e, através do seu voto, tente consagrar as reivindicações nos textos legais.

Virgílio Guimarães é muito conhecido em Minas Gerais e teve uma votação expressiva nas urnas de 15 de novembro passado. Isso porque concorreu à Prefeitura de Belo Horizonte, em 1985, e obteve um apoio muito maior do que o pequeno PT esperava. Ex-diretor e ex-assessor do Dicese mineiro; ex-presidente do Sindicato dos Economistas do seu Estado, preside atualmente a Federação Nacional dos Economistas.

Farsa legislativa

Ao justificar seu modelo de representação popular, Virgílio Guimarães frisou que o Poder Legislativo de hoje é uma farsa, pois, conforme



Virgílio: um novo Congresso.

FARSA

Definição de um deputado para o seu trabalho

vem constatando, os políticos fazem teatro para a imprensa e para seus eleitores e parecem mais preocupados com bobagens como votos de louvor, protestos sem sentido e aprovação de requerimentos: "Tudo coisa sem a menor importância", diz ele.

"Minha proposta também busca acabar com uma contradição. Veja bem: quem não fica no plenário leva a fama de fazer gazeta e quem fica perde tempo. Isso porque todos nós recebemos

uma sinopse com todos os discursos feitos e, se quisermos, temos acesso aos discursos inteiros. As sessões não valem nada e os deputados e senadores atuam basicamente para aparecer", sustenta o deputado.

Enquanto os deputados ficariam em seus Estados ouvindo suas bases e trabalhando em suas profissões normais, uma Mesa diretora, integrada por 20 membros e auxiliada pelos líderes e pelo menos um vice-líder de todos os partidos, cuidaria do funcionamento da Câmara dos Deputados. Para não cristalizar poderes, essa Mesa se revezaria, o que levaria também seus integrantes de volta aos seus Estados para uma vida simples e normal.

Além da administração da Casa, a Mesa se incumbiria da resolução sobre convocações de emergência, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e das denúncias e críticas que entendesse ser conveniente divulgar. E sem o auxílio de assessores, pois o deputado entende que essa figura é prescindível, já que o importante é traduzir o sentimento das bases.

Mas Virgílio Guimarães ainda tem uma pequena dúvida sobre o seu projeto. Em princípio, julgou que, para cada grupo de 50 mil habitantes, um deputado seria suficiente. Agora, está pensando em ampliar o número de deputados com a finalidade de melhor auscultar as reivindicações populares. Contudo, não se fixou por enquanto no número ideal por grupo de habitantes, mas está seguro de que o sistema distrital não serve ao País, puro ou misto, e defende com rigor a representação proporcional.

O deputado mineiro lembra também que a tecnologia será o grande sustentáculo da permanência dos deputados em seus Estados, capaz de impedir despesas para o Tesouro e impropriedades plenárias. Assim, propõe que os municípios tenham terminais de computador e bancos de dados que recebam com rapidez todas as informações do mundo oficial de Brasília, de forma a manter os deputados cientes do cotidiano político-administrativo do governo.

Leda Flora

Constituinte

A Constituinte vai morder o Leão

Freitas Nobre

Os constituintes se preparam para morder o Leão.

O problema não é apenas de pressão popular sobre os representantes do povo. É claro que, iniciando o mandato exatamente na fase crítica e traumática das declarações de Imposto de Renda, estão os constituintes sob o fogo dos votos recentes. Além disso, se os parlamentares, tanto quanto os magistrados e os militares, pagam apenas sobre uma pequena parcela dos seus subsídios, soldos e vencimentos, têm eles, no entanto, os problemas próximos dos familiares e amigos espreitados pela fera.

Um dos temas constantes das campanhas eleitorais é a frase surrada de que "salário

não é renda", mas o slogan se perde no tempo quando as posições se invertem e os que têm poder para realizar as mudanças se acomodam com o sistema leonino da arrecadação desse tributo, especialmente quando protegidos do seu leão.

Argumentava-se que essa modificação dependeria, essencialmente, de uma reforma tributária que alcançasse as raízes desse imposto, que se caracterizou no Brasil como um assalto aos salários e ao rendimento do autônomo e do pequeno empresário.

Os constituintes que contactamos estão absolutamente convencidos de que não escaparão ao imperativo dessa reforma.

Várias sugestões já estão sendo apresentadas, incluindo na reforma tributária a redução do índice de arrecadação na fonte ou o direito à dedução de despesas essenciais, como as de farmácia, botas ortopédicas etc.

Não temos dúvida de que essa modificação virá na nova Carta e a mordida dos constituintes no Leão vai ser firme, com a violência dos votos que eles não querem perder.

Chegam mesmo a admitir o fim dos privilégios que os beneficiam e, para tanto, já apresentaram ou estão preparando sugestões que restabeleçam o equilíbrio dos subsídios parlamentares, a fim de que, sem desgastes financeiros maiores, possam enfrentar a incidência do tributo.

Como, porém, o problema é encontrar o equilíbrio entre a receita e a despesa da

União, tendo em vista que a grande fonte de arrecadação pública é o Imposto de Renda, os constituintes estão amarrando suas propostas a mudanças da sistemática tributária e, por isso, estas sugestões são as mais demoradas, porque exigem justificativa bem fundamentada.

A tendência, tanto dos líderes de bancada, como de uma maneira quase geral, é no sentido de reduzir a voracidade do Leão, que alguns mais inconformados já promoveram a hiena, porque, segundo estes, é um animal que come dejetos e ainda assim vive sorrindo...

Alguns parlamentares nos revelaram que o maior volume de correspondência nestes dois meses vem de dois grupos: aposentados e contribuintes do Imposto de Renda. Os economistas do Rio de Janeiro estão colhendo, com o apoio do Conselho de sua categoria, as 30.000 assinaturas para a proposta (não se pode dizer emenda, porque esta só existe quando há um projeto básico) a ser encaminhada à Constituinte, visando a reforma da sistemática tributária brasileira, que o memorial também distribuído aos parlamentares classifica como "injusta, porque concentrada sobre o assalariado".

O deputado José Costa sugeriu que as listas que o Jornal da Tarde espalhou pela cidade de São Paulo, para a coleta de assinaturas contra a fome do Leão, possam ser en-

dossadas por algumas entidades, possibilitando, dessa forma, e de acordo com o regimento, formalizar uma proposta corretiva.

Será um reforço a mais na campanha.

Os principais argumentos que estão sendo utilizados para a redação das propostas sobre o Imposto de Renda envolvem, entre outras, as questões relativas à irretroatividade da lei, ao direito adquirido, à cobrança feita inconstitucionalmente, porque à base de uma arrecadação não prevista em disposição legal do ano orçamentário anterior. Mas há um outro ponto que está servindo de base para a justificação de uma proposta do deputado Carlos Benevides: ao elaborar a nova tabela do Imposto de Renda na fonte, o governo alterou o sistema instituído pela Lei 7.450, que veio no pacote fiscal de 1985.

É que o contribuinte, quando pagou na fonte o imposto de 1986 — esclarece o autor da proposta —, o fez julgando que nada tivesse a recolher como diferença em 1987, embora alguns analistas econômicos houvessem feito a advertência. É que eles acreditaram que a variação da OTN fosse apurada com base no período janeiro/86-janeiro/87, que apresentou uma variação baixíssima.

O argumento mais presente na correspondência recebida por senadores e deputados é o de que nos cálculos feitos para afirmar que não houve agravamento da tributação, excluídos os salários de Cz\$ 10.000,00 a Cz\$

40.000,00, o governo tomou o rendimento de 1985 calculado pela sistemática vigente naquele ano e o comparou com o rendimento de 1986 que havia sido calculado com base na Lei 7.450, fazendo, assim, desaparecer o aumento dos encargos tributários.

Compulsamos centenas de cartas, abaixo-assinadas e telegramas dirigidos aos constituintes.

Numa dessas representações, dirigida ao deputado Egidio Ferreira Lima, os assinantes reclamam que o governo, além disso, sem autorização legal do exercício anterior, incluiu a correção monetária no cálculo e no valor das prestações do Imposto de Renda das pessoas jurídicas no exercício de 1987 com base no exercício de 1986, o que consideramos inconstitucional.

Muitos outros informam que estão preparando ações declaratórias e mandados de segurança para tentar escapar às garras do felino, discutindo a multa de 50%, os juros de 1% e a recusa de pagar aos bancos a taxa de correção.

A Constituinte, pelo que se percebe quanto ao Imposto de Renda, não dormirá no ponto.

Os senadores e deputados se preparam para pagar o imposto, mas já se garantem contra as garras do Leão.

Afinal, um dia é da caça, outro do caçador.